

| 924 | UMA FISIOGNOMONIA DOS LUGARES.  
UM MÉTODO EXPEDITO PARA A LEITURA DOS USOS DOS  
ESPAÇOS PÚBLICOS

*Daniel Juracy Mellado Paz*

**Resumo**

Este trabalho apresenta um método de compreensão do espaço vivido, em especial das áreas abertas, baseado em uma espécie de reconhecimento empírico das pessoas, de *fisiognomonia*. Para compreender as unidades ecológicas (Barker, 1968), de formato e extensão tão diversos quanto uma faixa de praia e uma praça, desenvolvemos um método baseado nos estudos das RAC – Relações Ambiente Construído/ Comportamento Humano (Ornstein, 2005). Partiu-se da idéia da sinomorfia (Barker, 1968) entre as ações e o meio, destacando uma interpretação do fenômeno do *uso* do espaço público, a partir da constância de suas ações. Por meio destes, identificam-se tipos de usuários e quais os aspectos do *meio sensorial* (Thibaud, 2005) que interferem em sua agenda cognitiva – as *affordances* (Gibson, 1979). Identificamos, a partir disso, os *usuários originários*, que se dirigem em busca de características que independem dos demais, e os *usuários derivados*, que se dirigem em função de outros indivíduos. Esta cadeia de convergência de afinidades, e suas *formas de agrupamento*, é o objeto da compreensão, e especialmente suas *formas de interação*, que constituem uma gama de relações sinérgicas ou conflitivas; encadeamento esse que será o próprio alicerce da *vitalidade* do lugar (Jacobs, 1970; 2001; 2003). Importante ainda identificar aqueles usuários que, por sua permanência, se tornam os nexos entre as distintas situações, e importante elemento de coesão social dos usuários. E, como método, a base para investigações e interpretações mais refinadas, como a do tempo (duração, momento, periodicidade), espaço (lugares e percursos), fatores locais e impactos no meio.

Palavras-chaves: comportamento ambiental, unidade ecológica, espaço público, usuários, vitalidade urbana.

**1. Introdução**

Este trabalho apresenta um método de compreensão do espaço vivido, em especial das áreas abertas, que guarda curiosa similaridade com as antigas *fisiologias*, literatura francesa do séc. XIX que se pautava pela descrição dos lugares e dos tipos urbanos. É baseado em uma *fisiognomonia*, com a qual aquelas “*fisiologias*” se relacionavam, isto é, um tipo de reconhecimento empírico das pessoas. Depende desta para prosseguir em seus passos subsequentes e mostrar resultados.

O método foi desenvolvido para uma área extensa e os desafios relacionados à mesma. Alguns exemplos aplicados virão desse estudo. O método é, entretanto, válido para

outras áreas menores e com características físicas mais delimitadas, o que tentaremos demonstrar com exemplos oriundos de outra aplicação distinta<sup>1</sup>.

## 2. A Unidade Ecológica

A faixa de areia da orla atlântica de Salvador, nosso primeiro objeto de estudo (PAZ, 2008), apresentava invulgar envergadura, e mesmo dimensões: cerca de 22 km de extensão, com largura não maior que 100 metros nos trechos mais generosos. A pesquisa ainda precisava ocorrer entre 1 e 2 anos, dedicados à coleta de dados e ao desenvolvimento concomitante do método, por uma equipe de pesquisa de apenas um indivíduo.

O baixo índice de construções das praias tornava a situação ainda mais fugidia para os métodos urbanísticos de análise espacial. Elevado para as congêneres de grandes capitais, ainda assim a presença de elementos fixos era baixa para um espaço público<sup>2</sup> que, ademais, é um tanto *sui generis*, por ser uma espécie de parque linear definido por seu caráter de borda entre a cidade e o oceano, de uso essencialmente transversal.

O giro metodológico fundamental foi compreender as construções como metonímias das ações humanas, cristalizadas em alguns casos, porém transitórias em outras - como no caso de feiras livres, barracas de *camping* e os ombrelones dos banhistas (Paz, 2012b). Assim, optamos por ampliar o aspecto físico a ser estudado, abrangendo sua heterogeneidade real - quiosques construídos, ombrelones, o relevo - e incluir necessariamente a rede de *ações* realizadas no lugar.

Gostaríamos de enfatizar esse salto metodológico. É o binômio *forma/ função* aquele consagrado pela tradição arquitetônica e que deveria cobrir a relação entre o construído e as atividades humanas. Padece, entretanto, de ser restrito à edificação, inviável em nosso caso (Paz, 2012a). Os vários objetos físicos, incluindo os aspectos geológicos do meio, podem ser aglutinados na forma de um *sistema de objetos* (Santos, 1999). E, a partir disto, em vez da relação *forma/ função*, compreendemos melhor o ambiente praiano com a idéia de *sinomorfia*.

Sinomórfica significa similar em estrutura: descreve uma característica essencial da relação entre meio e comportamento em

---

<sup>1</sup> Devemos fazer a devida menção ao saudoso prof. Manoel José Ferreira de Carvalho, quem primeiro nos apresentou um método de leitura ambiental, ainda em estágio embrionário, que se pautava pela identificação dos usuários. A partir desse primeiro *insight* que desenvolvemos os contornos metodológicos aqui apresentados.

<sup>2</sup> Agora é ainda menor, com a demolição das barracas de praia em 2010, algumas datando de 1984, do Projeto Orla, o Governo João Durval Carneiro.

um ambiente de comportamento [*behavior setting*]. A sinomorfia dos limites de um comportamento e dos limites de um meio é impressionante e fundamental: os limites de um campo de futebol são os limites do jogo; o começo e o fim de uma partitura de uma escola de música demarca os limites de um padrão de comportamento musical. Mas a sinomorfia do comportamento e meio se prolonga, ainda, para a estrutura interna de um ambiente de comportamento. (Barker, 1968, p.19 – tradução nossa).

Retornamos ao objeto de estudo, conferindo sua validade. O estrato selecionado da praia oceânica constitui uma *unidade ecológica*, no sentido desenvolvido por Barker (1968).

Um problema prático inicial na pesquisa ecológica é identificar os limites naturais do fenômeno estudado. A natureza essencial das unidades com que a ecologia lida é a mesma caso fossem unidades físicas, sociais, biológicas ou comportamentais: a) elas ocorrem sem retorno do investigador, são auto-produzidas; b) cada unidade tem um *locus* espaço-temporal; c) um limite integral separa um padrão interno de um padrão externo distinto. (Barker, 1968, p. 11 – tradução nossa).

Havia a unidade sinomórfica entre meio e as várias modalidades de comportamento que ali se instalam, e o contraste nítido com o entorno, tanto quanto à constituição física do meio, natural e construído, como quanto aos ditos comportamentos. No que diz respeito às características físicas, não bastasse o substrato arenoso, e o equilíbrio morfodinâmico típico das praias, ainda está em desnível, abaixo e destacada do solo urbano imediato. Por sua vez, as atividades da praia são únicas e exclusivas, conhecidas e divulgadas de cartões-postais a programas televisivos. O princípio pode ser aplicado, por exemplo, à praça Dois de Julho, mais conhecida como Campo Grande, na mesma cidade, de onde também extrairemos alguns resultados do método: espaço aberto, praça arborizada claramente destacada, delimitada ainda por gradis.

Acreditamos que essa relação entre as ações e os objetos, não é biunívoca. Ao contrário, são as ações, ao perfazerem um *sistema de intenções*, que alinham os objetos, em todas as suas escalas, em um todo coerente (Paz, 2012b). Desse construto global, destacaremos aqui um aspecto, na medida em que pode ser um método expedito para compreensão de alguns fenômenos urbanos.

Procuramos nos métodos de análise dos estudos de RAC - Relações Ambiente Construído/ Comportamento Humano (Ornstein, 2005), isto é, das ações situadas em um meio específico, um fundamento para nossa investigação das ações humanas. Como observa Wiesenfeld (2005), um estudo de comportamento ambiental requer a definição da escala, das pessoas e do comportamento a interpretar. A escala estava dada e era parte fundamental do problema. O fenômeno do comportamento que optamos foi o *uso* do espaço pelas pessoas - onde se localizam, o que realizam, com o que se relacionam no ambiente - abordando os processos comportamentais objetivos, físicos, e não os simbólicos ou cognitivos (Stokols, 1978).

Pode parecer um truísmo a análise do uso como fenômeno de comportamento. Não é, na medida em que parte dos estudos de comportamento aborda os efeitos da presença da ausência (*under-manning*) e do excesso (*over-manning*) de pessoas no meio, esta mais estudada na forma da aglomeração (*crowding*).

A noção fundamental aqui é a da constância da ação, apesar da passagem das pessoas.

É observação comum que muitos padrões de comportamento e seus ambientes são integrados e que, embora os atores e elementos menores possam ser diferentes ou possam ser substituídos, o padrão de comportamento e o relacionamento crítico dos ambientes continuam os mesmos. (Moore, 1984, p. 70).

Entende-se que os ambientes de comportamento - *behavior settings* -, por um misto de configuração física e da cultura da sociedade, induzem sujeitos diferentes à mesma atitude, um mesmo padrão de ação, mais compartilhado socialmente que idiosincrasia do indivíduo. Duas crianças tendem a se portar igual numa sala de aula, ou pelo menos com semelhança maior que à do comportamento de uma mesma criança em uma sala de aula e uma quadra esportiva. Os padrões de ação são, apesar de dinâmicos em sua realização, estáveis em sua reincidência, sempre balizados por algumas características físicas do meio. Daí a conclusão de que o comportamento humano é situado no espaço. E é justamente a manifestação típica de uma série de comportamentos - um *standing pattern of behavior* - em um dado contexto espacial - o meio ou *milieu* - que caracteriza um ambiente de comportamento.

Em um primeiro momento, partimos da possibilidade de que as ações fossem recorrentes e identificáveis, que nos permite elencar as pessoas, evitando tanto o aglomerado indiferenciado da multidão, como a pulverização absoluta de cada indivíduo. A partir dos

padrões de comportamento, classificamos a multidão na praia em *tipos de usuários*. As definições que cercam esse tipo de estudo parecem um tanto circulares. Acreditamos ser porque a parte se define pelo todo e o todo, pelas partes; isto é, uma dada unidade ecológica, ou ambiente de comportamento, é constituído pelos indivíduos, meio e ações, que, por sua vez, são arrolados por fazerem parte de um dado ambiente.

Como observara Irwin Altman (apud MOORE, 1984), os usuários são um dos três componentes fundamentais em um estudo de comportamento, em conjunto com o próprio fenômeno de comportamento – em nosso caso, o uso – e do ambiente – aqui, a faixa de areia. Há outro ponto, ainda. O método de Barker e Wright caracterizava-se pela conjunção de um comportamento típico, um contexto espacial específico (o meio), regras extrínsecas e propósitos internos regendo o comportamento, com ocorrência periódica (hora, dia, estação, etc.) e duração definida. Wicker (1987 apud CARNEIRO & BINDE, 1997), por exemplo, detalhou ainda mais, incluindo os *behavior settings* em *subsistemas de organizações*, estabelecendo *carreira de vida* e *ciclos de vida* – fundação, crescimento, funcionamento e modificações, e sua extinção. Tais métodos, minuciosos em demasia, foram ajustados à escala e propósitos da pesquisa.

### 3. Os Tipos de Usuários

Entende-se por usuários todos aqueles que executam suas ações na área de estudo, sendo sua marca a *presença*. Parece algo óbvio, mas tal distinção tem sua razão de ser. O litoral, por exemplo, é demandado também visualmente, numa relação fundamental para as cidades litorâneas; estendendo-se centenas de metros adentro em Salvador, é a razão da pressão imobiliária para a ocupação do solo da orla atlântica. Pois um lugar pode ser “usado” por parcelas da população da cidade apenas de maneira simbólica, como aponta Ramón Gutierrez (1989) nos centros urbanos em geral, ou como o litoral do Rio de Janeiro, que desempenha forte papel identitário (Gomes, 2002). Como ocorre no Campo Grande, em Salvador, reforçado pelo uso presencial no grande evento cívico do Estado, a Festa do 2 de Julho. Este método desconsidera aqui o uso escópico ou simbólico, extrínseco ao sítio, apesar de em muitos casos fundamentais para a consolidação deste como lugar.

Os tipos são definidos pela similaridade aparente de suas ações, objetos e lugares, e compreendidos como “papéis”, intercambiáveis, onde um mesmo sujeito pode desempenhar diferentes papéis em ocasiões distintas. Como observa o mesmo Gomes (2002),

um mesmo indivíduo pode ser funkeiro e tornar-se evangélico, ou comportar-se como ambos, em ambientes distintos.

Inicialmente descartamos características intrínsecas dos indivíduos, como faixa etária e gênero, ou aspectos sociais, tais como procedência étnica, geográfica ou estrato de renda, salientando certos fenômenos e eclipsando outros. Em várias situações tais clivagens sociais, não evidentes, são o substrato do comportamento, a exemplo do estudo que Gomes (2002) faz nos arrastões nas praias de Ipanema e Leblon, no Rio de Janeiro, onde parte da territorialidade da praia é consequência direta do bairro de procedência das pessoas.

No entanto, a depender da situação específica, estes aspectos são características indissociáveis. Não a encontramos no estudo da faixa de areia, mas aparece no estudo do Campo Grande, como a atividade efervescente de adolescentes, em um dado rincão e horário, e a presença difusa de idosos, em especial durante o período diurno. Faixa etária é um dado nítido, e intrincado com a própria atividade e horário. Assim, o tipo de usuário acaba sendo uma definição sociológica que, nesse caso, inclui idade, como poderia incluir outras características.

O método sustenta-se na inteligibilidade do comportamento exterior em um primeiro momento, embora seja meio e não fim. Esta possibilidade de interpretação, e mesmo a tipificação, dos usuários é um fenômeno empírico. Podemos chamar a uns de banhistas e outros de pescadores justamente porque apresentam comportamento discernível ao leigo, sancionado pela experiência, compartilhada por número considerável de pessoas. Esta observação social é possível ao pesquisador na medida em que é possível – em verdade, em que é corriqueiro – para o leigo (Lewin, 1965, p.176), numa certa unidade metodológica. Como observa Amos Rapoport (1983), tanto a leitura imediata do meio físico como a interpretação das fotos nas Ciências Sociais são tidas como capacidades auto-evidentes. A tipificação se refina com observações sistemáticas; e o conhecimento mais íntimo das atividades nos aponta diferenças substanciais de procedimentos, mas não tão evidentes ao vulgo, a exemplo das várias modalidades de pesca. Esse refinamento é, também ele, cotidiano. A familiaridade do usuário com um lugar lhe permite reconhecer, nos demais usuários, perfis recorrentes e clivagens invisíveis ao visitante esporádico. A exemplo da diferença entre o mero morador de rua e o dependente químico, perceptível para poucos.

Tais tipos de usuários são um agrupamento abstrato de pessoas com, e a partir, de um comportamento similar. A recorrência é a das ações, não dos indivíduos. Este é o passo inaugural.

Um estudo mais aprofundado pode encontrar a recorrência de indivíduos e, apurando-se o olhar, as idiosincrasias descartadas inicialmente<sup>3</sup>. Elas podem vir à tona a depender da linha de investigação a fazer-se, como demonstraremos.

Os usuários foram definidos a partir da semelhança. Alguns podem conformar grupos reais: de antemão, como os peladeiros que se organizam para ir à praia, enquanto outros se formam a partir da rotina de visitação ao lugar, principalmente os que permanecem períodos mais extensos, como pescadores e barraqueiros – estes chegando a sindicalizar-se. Ou seja, há casos em que os tipos de usuários são um elenco abstrato, e há aqueles em que há real coesão social.

Ainda assim, restam problemas metodológicos. Quais usuários devem ser levados em conta? A partir de que escala de ação, da ação em si e do ator? Em um momento inicial, são vistos os usuários que correspondem a usos de maior incidência, em quantidade de sujeitos ou distribuição ao longo do tempo e percurso estudados. Contudo, em certas dinâmicas, indivíduos específicos são determinantes. Suas ações se dão nesse nível, e não mais no do grupo de usuários, afetando uma área de pequena escala. Aqui, como dito antes, pode inclusive aparecer a idiosincrasia, mais evidente em ambientes menores.

De toda sorte, o que nos interessará é a maneira como os tipos de usuários interagem.

#### **4. As Formas de Agrupamento e Relações entre os Usuários**

O meio necessita de algumas redefinições. Uma primeira visa eliminar o foco extremado sobre a fisicidade do meio, idéia cara ao arquiteto sob a forma do *espaço construído*, e com que lidávamos inicialmente com a idéia do sistema de objetos. Dos diversos aspectos que afetam o comportamento, muitos não são construídos – como a qualidade da água ou correntes marinhas, para o litoral – e alguns nem mesmo se podem chamar de físicos, como a radiação solar e os odores.

Peter Cook se pergunta: "Se você caminha por Oxford Street e começa a chover de repente, o que lhe influi mais, as fachadas dos edifícios ou a chuva?" (Pouchulu, 2007 – tradução nossa). Vicente Del Rio (1990) cita na praça central de Milão a fuga da projeção de sombra de um prédio alto, como o desconforto dos banhistas na faixa de areia no Rio de

---

<sup>3</sup> Os papéis desempenhados têm forte presença nas ações dos indivíduos, à medida que os posicionam de certa maneira na cena, e com o modo como se relacionam com o espaço e demais pessoas. O que pode evidentemente ser reforçado ou mesmo anulado por relações de ordem puramente pessoal.

Janeiro pela sombra dos prédios<sup>4</sup>. O silêncio de um lugar é um atributo cada vez mais importante na cidade, em especial em áreas de alto movimento veicular. A denominação *ambiente sensorial*, de Jean-Paul Thibaud (2005), é evocativo do quão imponderáveis podem ser tais fatores, e de como eles se constituem através dos sentidos.

A condição da praia como espaço público a torna um lugar visitado, tanto por quem encontra nela seu sustento, como por quem busca o regalo momentâneo do lazer. O mesmo vale para o outro espaço escolhido – o Campo Grande – e é um atributo geral das áreas públicas. As jornadas diárias se mantêm somente se suas razões se sustentam, dia após dia. Assim, o trecho escolhido pelos visitantes lhes diz respeito, têm afinidade com seus propósitos – isto é, seria mais sinomórfico. Nele apresenta-se algo que cumpre as intenções do visitante ou falta aquilo que as frustra.

Este ambiente pode ser compreendido como um conjunto de fatores, que são, por sua vez, chamados por Gibson (1979) de *affordances*: o que o ambiente oferece e o usuário toma para si, os aspectos que interferem em suas atitudes específicas. Mais do que distintas interpretações dos mesmos aspectos, inclui a percepção de aspectos não inteiramente coincidentes. A agenda cognitiva de cada tipo de usuário inclui fatores ambientais com interpretações diversas, e mesmo contrárias, ou ainda inócuas para um terceiro, ausentes de sua agenda particular.

Se ondas fortes são de interesse de surfistas, são riscos para crianças pequenas, evitadas por suas famílias, e irrelevantes para o cliente da barraca de praia. Lembrando que tal agenda é parte de um desenho cultural específico. Uma história sumária do litoral revela que aspectos distintos do meio foram sucessivamente desejados: as fortes águas geladas e seus sais minerais para os tratamentos balneoterápicos; a brisa marinha, repleta de ar puro; o sol tonificante; o bronzeado como símbolo de ócio<sup>5</sup>. O mesmo vale para as praças: a sociabilidade da Belle Époque foi-se, legando-nos parques e praças ajardinadas, ainda com seus coretos. Outros motivos agora nos levam a estes lugares.

Mesmo estas *affordances* podem não corresponder a uma realidade concreta, mas corresponder a uma interpretação subjetiva, e mesmo discrepante, da situação corrente (Paz, 2011a).

Retornando ao raciocínio, há usuários cuja *affordance* principal é dada por esse ambiente sensorial previamente estabelecido. Sua ida e permanência não estão inicialmente

---

<sup>4</sup> O comportamento ato contínuo da situação (sombra projetada) é indiscutível a ponto de ser uma das principais críticas à verticalização da orla marítima de Salvador.

<sup>5</sup> Alain Corbin (1989) narra essa trajetória no Ocidente. Para Salvador, fizemos um esforço inicial (Paz, 2008), e nosso atual tema de pesquisa.



condicionadas à presença dos demais, exceto em condições de apinhamento; poderiam operar na solidão. A estes usuários chamamos de *usuários originários*. Eles representam, em estado bruto, a diversidade de interesses que um dado ambiente tem como destino para a população.

Há, entretanto, os usuários que buscam nos lugares *affordances* constituídas por outros usuários: são, nessa ordem hipotética, usuários secundários.

Alguns dos usuários originários são os responsáveis por mobilizar outros tipos, que podemos entender por *usuários derivados*. Aqueles são, por excelência, o principal elemento da *affordance* de outras pessoas, e são os verdadeiros responsáveis pela pulsação do espaço. Aqui aparece outro par de conceitos: o de *usuários mobilizadores* e *mobilizados*.

Temos, então, por agora, a noção de que existem duas modalidades de usuários, em termos de procuras: aqueles que se dirigem a um lugar por uma característica estável do meio, que não são outras pessoas, e os que se dirigem porque outras pessoas vão. Como dito antes, o quadro não é estável: aquele que procura realizar algo de modo tranqüilo, até solitário, se incomoda com o bulício da multidão. Dentro de uma mesma atividade, o apinhamento – fenômeno que não estudamos aqui – pode ser interpretado como intolerável por alguns, cessando de ir. O modelo apresentado é uma abstração, visto que há realimentações positivas e negativas, a partir da relação entre os grupos de usuários e entre usuários de um mesmo grupo. Porém nos serve como forma de distinguir essa procura.

Vimos ainda que certos usuários, por suas características, acabam por mobilizar a outros tipos, estabelecendo uma cadeia complexa. Esta por, uma vez tornada uma rotina, servir de reforço para a visita dos usuários mobilizadores.

Encontramos as seguintes *formas de agrupamento* dos usuários.

Uma delas é a do mesmo perfil de usuários, que, atingindo certa massa crítica, acaba realimentando-se positivamente, estimulando a vinda de outras pessoas. É a lógica fundante de algumas festas, e de todo o lugar que se pauta pelo ver-e-ser-visto. Não o encontramos na faixa de areia que pesquisamos, mas aparece no Campo Grande. Isto conduz a algo que não abordamos: o estudo da quantidade das pessoas, considerando as condições de instauração e dissolução do *behavior setting*, na forma de um número mínimo de pessoas para configurá-lo (a *manutenção*) e o número máximo (a *capacidade*) (Miura, 2005). É uma linha de investigação que se abre no exato instante em que se reconhece tal processo de massa crítica.

A caracterização dos usuários não é relacional. Com isso, abre-se a possibilidade de mapear lugares com uso exclusivo em dado momento. Essa conclusão encontra contrariedade na literatura da área.

Nos estudos Altman fica claro que as relações estáveis que surgem ligando pessoas a lugares não podem ser bem compreendidas se não se faz referência às demais pessoas que se encontram em tais situações.

(...)

É necessário entender o papel que cumprem as outras pessoas implícitas ou realmente presentes na situação que se considera, para poder explicar plenamente o comportamento humano especial observado. (Canter et al, 1978, p.197 - tradução nossa).

Outra forma é a procura de lucro, por meio do cliente em potencial. Essa situação é freqüente com a prática corriqueira do comércio ambulante na sociedade brasileira. O estabelecimento de um ponto ou de uma rotina pode levar a uma realimentação positiva, como acontece em certas áreas de comércio ambulante: o que era um passageiro eventual torna-se um freqüentador que leva em consideração a presença do comércio ao seu redor. Por sua velocidade de movimento e instalação, e dinamismo de produtos e serviços prestados, tais comerciantes são fiéis indicadores de uma cadeia de usuários de complexidade crescente.

Na orla atlântica, o comércio se desloca em função de três situações, revelando as dinâmicas mais significativas: a interação com as pessoas em percurso nas calçadas da orla; os eventos, pelo calendário festivo ou iniciativa privada, e os banhistas, cujo lazer é fundamental na ocupação da faixa de areia, o fôlego desse imenso movimento nas praias da cidade<sup>6</sup>. No Campo Grande, esse processo de encadeamento ocorre somente aos finais-de-semana, quando famílias vão usufruir do lugar.

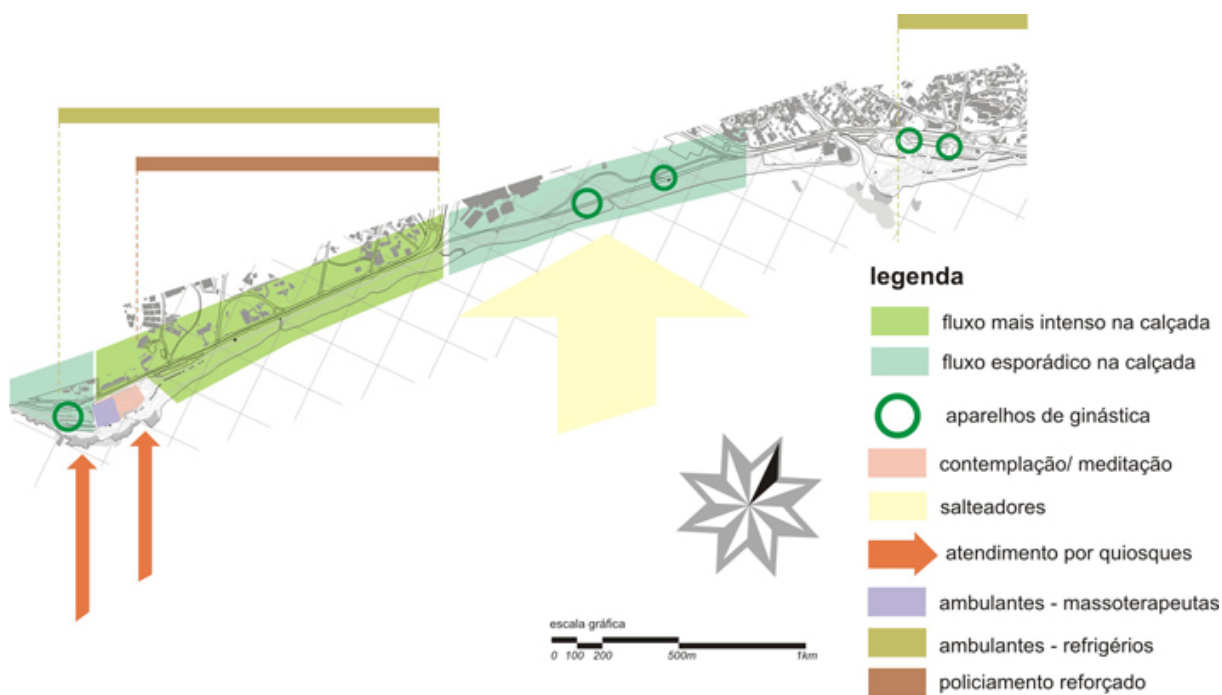
Uma variante da anterior é a obrigação profissional. Em especial os serviços públicos, devotados a usuários, sem implicar nenhum tipo de transação direta. É o caso do policiamento em certas áreas, da limpeza urbana, dos salva-vidas, entre outros. É uma trama mais estável e não tão explosiva quanto a estabelecida pelo comércio volante.

---

<sup>6</sup> Como uma nota curiosa, as dinâmicas da calçada e da areia se entrelaçam nos finais de semana de verão, quando os vendedores se multiplicam, próximo a barracas e pontos de ônibus, e atendem tanto ao fluxo longitudinal de caminhantes, quanto ao transversal, de usuários da praia.

É possível que se estabeleça uma rede relacional coesa com antecedência, programada, na forma dos espetáculos. Não há espetáculo sem espectadores, nem tampouco espectadores sem espetáculo. Os espectadores vão na confiança de haver um espetáculo, e seus organizadores, na expectativa de ter espectadores. Não há um usuário originário. A publicidade de antemão estabelece o pacto entre interesse e interessado, papel que os lados desempenham simultaneamente). Em alguns casos, a transmissão por televisão torna os espectadores presenciais prescindíveis.

Fig. 1. Exemplo de uma sobreposição em mapa temático dos distintos tipos de usuários em trecho litorâneo entre o Jardim de Allah e a foz do Rio Cascão, no período de 2005-07. Neste caso, alguns tipos de usuários foram desdobrados (como os ambulantes) e foi preciso demarcar diferentes intensidades de presença.



Assim, certos usuários, ao mobilizar outras pessoas à praia, são o sustentáculo de intrincadas *formas de interação*, que podem ser harmônicas ou desarmônicas.

Dentre as interações harmônicas, temos o *convívio*, as atividades das partes não interferem uma nas outras. Ou melhor, cuja coexistência não implica em prejuízos para as atividades de cada um. Há o caso sutil do *benefício lateral*, onde uma atividade produz externalidades vantajosas a outrem; é o caso da vigilância social, que tanto já foi abordada, como, por exemplo, por Jacobs (2003) e Newman (1972). Com o *apoio* entendemos aquele usuário que auxilia outro, sem nenhuma contrapartida de maior vulto – que será importante,

como veremos adiante. Com a *sinergia*, casos onde ambas as partes entabulam uma relação, com livre vontade, com vantagens para ambos.

Das modalidades desarmônicas, temos o *conflito*, onde ambas as partes convivem no mesmo espaço, embora seus interesses choquem em algum ponto. Por último, uma forma particular, onde a relação é estabelecida a contragosto de uma das partes, como no caso dos punhuistas: vamos chamá-la de *assédio*.

Tais formas de interação se dão, de um modo mais amplo, por uma convergência de perfis de interesse, como aquela entre um comerciante e seu cliente. Que podem levar a um laço mais estreito, a uma afinidade mais apurada, e mesmo a relações pessoais. Aqui as relações se entabulam entre indivíduos reais, como aquela entre um comerciante e sua clientela cativa. Aparecem as idiosincrasias, como ocorrem na praia de Armação a figura de Antônio do Coco, assunto de reportagens, ou do Coronel Ivan Barata, e seus equipamentos gratuitos de exercício físico.

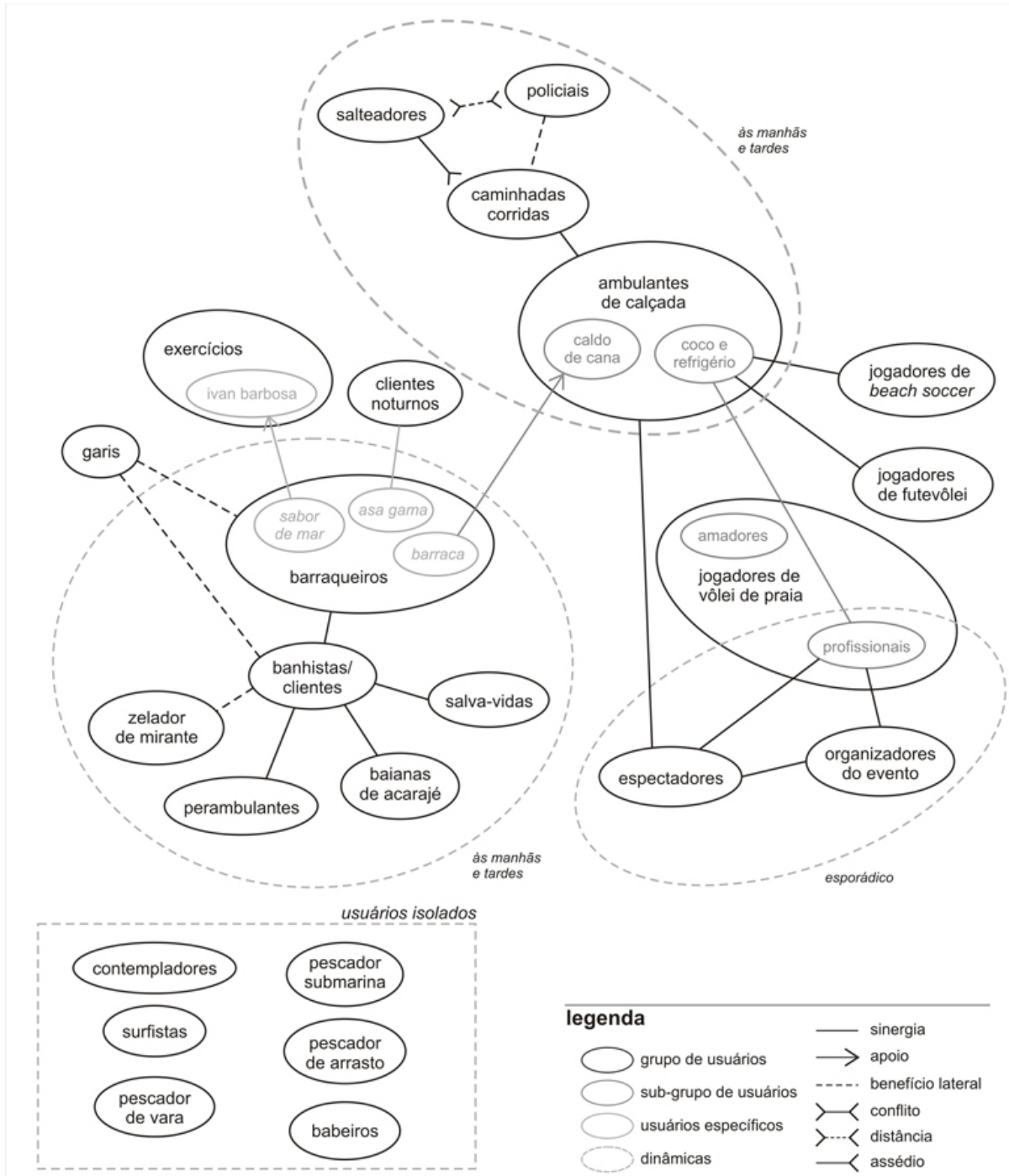
De um modo geral, como já tido, os perfis de usuários podem corresponder a uma realidade social, como grupos sindicalizados. No entanto, tal agrupamento, ainda que por similaridade revela relações recorrentes e estáveis com outros agrupamentos por similaridade; banhistas relacionam-se com barraqueiros, são atendidos por salva-vidas, evitam ladrões, e assim sucessivamente. Não é um artifício, mas uma descrição de um fenômeno concreto. Importante é o modo como se relacionam entre si, e aqueles perfis que levam à formação de uma tessitura social na frequência de massa.

As tramas formadas encontram grupos de usuários nodais, que entrelaçam os demais. Este fenômeno já fora observado por Jane Jacobs (2003), Pierre Mayol (2003) e Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1985): que certas pessoas acabavam ganhando, de modo fortuito e por uma certa constância no espaço, um papel importante na coesão social. Nos espaços estudados, são aqueles que comparecem ao lugar com maior assiduidade e permanência; na maioria das vezes quem tem ali um lugar de trabalho. Justamente por essa constância, acabam por ter conhecimento íntimo do espaço, a ponto de constituírem laços, entre si e com os demais visitantes. Ainda que em número reduzido, acabam por dar coesão e estabilidade aos diversos e sucessivos arranjos de usuários e, descendo um nível, indivíduos, ao longo do dia, da semana e do ano.

No litoral, são principalmente os pescadores, estabelecidos em colônias, e eram os barraqueiros, hoje no local na forma de um comércio ambulante após a derrubada de suas barracas. No Campo Grande o mesmo não se estabelece. Há pouca permanência, exceto uma turma que joga dominó regularmente, no mesmo recanto, diuturnamente.

De todo jeito, é este encadeamento que estabelecerá a *vitalidade urbana* do lugar, no sentido depreendido da obra de Jane Jacobs (1970; 2001; 2003). Isto é, a crescente complexificação, com diferenciação e entrelaçamento, de atividades e relações<sup>7</sup>.

Fig. 2. Exemplo de quadro de relações entre os tipos de usuários encontrados no trecho litorâneo entre Armação e Boca do Rio, no período de 2005-07.



<sup>7</sup> A análise do conjunto da obra de Jane Jacobs e a natureza do que ela chama de vitalidade urbana, junto com fenômenos homólogos no âmbito da economia, apresentamos em trabalhos específicos (Paz, 2011b; 2011c).

## 5. Possíveis Interpretações

O que apresentamos torna-se a base para análises mais específicas. Uma vez que se consegue precisar a cadeia de usuários presentes, pode-se partir para outras investigações.

O *tempo*, no ambiente de comportamento, absorve itens diferentes entre si. Como a *duração* da ação e o seu *momento*. O outro é a sua *periodicidade* – se ela se manifesta com certa frequência, se é errática ou ainda um acontecimento singular. Tanto dentro do cotidiano, como de ciclos maiores, anuais, como acontece em festejos específicos.

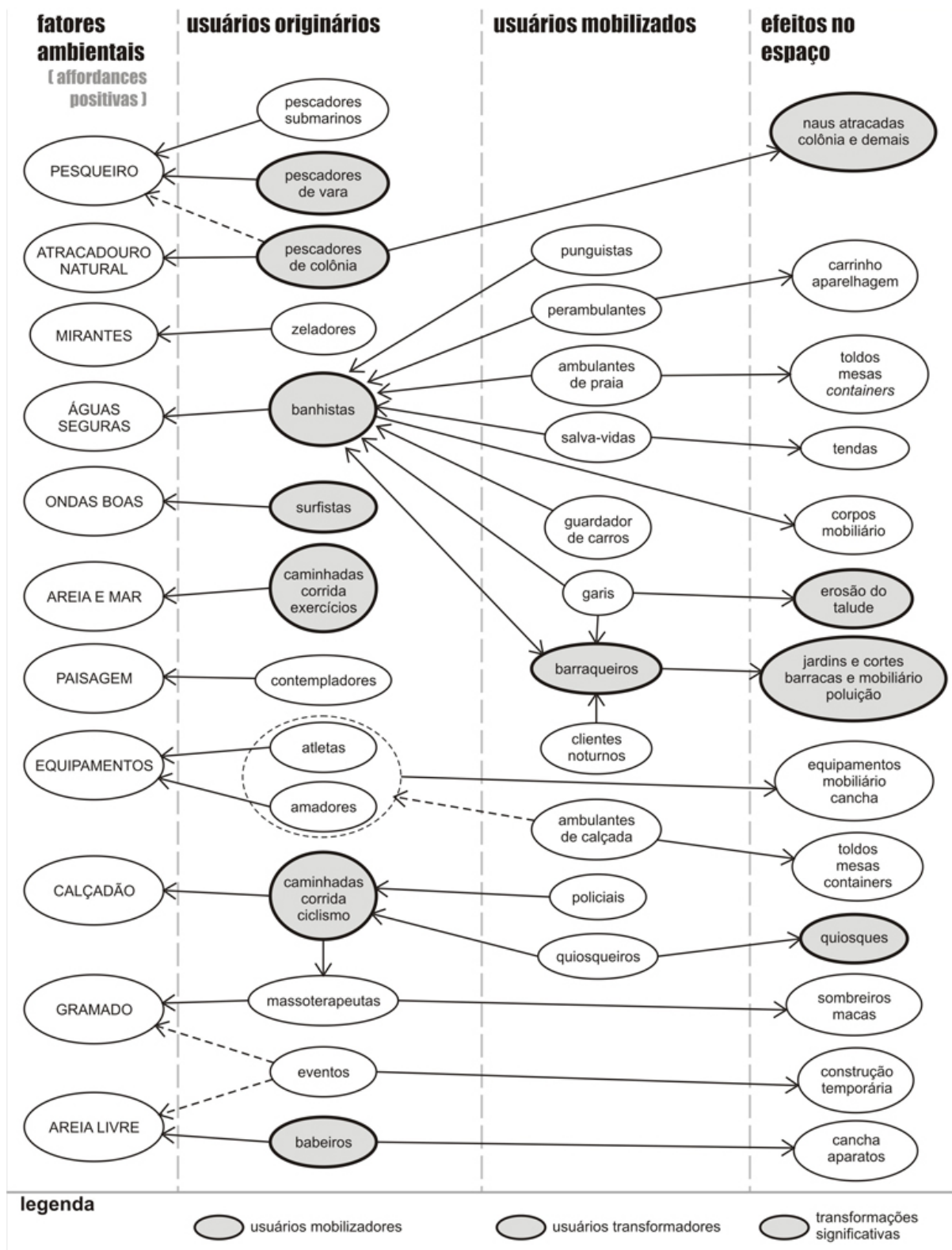
Outro aspecto que pode ser investigado a partir do escalonamento dos usuários e suas relações é a sua relação com o *espaço*: sua *distribuição* dos usuários, seus *lugares* e *percursos* preferidos. Observe-se que não se pode falar, com esta abordagem mais rápida, no conceito de território. A nossa navalha de Occam é a tradução em algo perceptível ao método de estudo: a distribuição rotineira dos usuários longo do tempo da pesquisa. Não se leva em conta a posse efetiva do espaço, o sentimento ou a sensação de posse. Há também os *percursos*: caminhando, correndo, de passagem, etc. A disposição das pessoas no espaço, neste caso, se dá em trajetos e pontos de parada.

A distribuição no espaço pode ainda nos revelar algo mais sobre os usuários. Há trechos onde apenas um perfil de usuário aparece, e não por qualidades ambientais, mas relacionais – configura-se como um enclave – embora difícil de afiançar-se. O conflito, relação desarmônica antes exposta, pode ser velado, mascarado pela distância no espaço ou afastamento no tempo, com alternância de horários.

Pode-se ainda proceder à identificação dos *fatores locacionais*. Isto é, quais as *affordances*, os fatores ambientais, cruciais para a presença do usuário e suas ações. Este é o retorno mais importante para termos de projeto, arquitetônico e urbanístico, até como orientação para o que *não* fazer, o que não alterar.

E, especialmente importante em parques naturais, os *impactos* no meio. De modo temporário ou visando algum tipo de permanência, consciente ou subproduto não intencional de sua atividade, inclusive depondo contra sua continuidade e médio e longo prazo. São incrementos ou perda de sinomorfias, executados de maneira legal ou ilegal. Compreendem-se como um tipo de realimentação que efetivamente re-desenham o *milieu*. Uma avaliação mais acurada precisa levar em conta que a magnitude do impacto não é dada diretamente pelo número dos usuários envolvidos; entram em jogo os artefatos de que dispõem e sua reincidência no lugar. De todo modo, chamamos àqueles que efetivamente modificam o meio de *usuários transformadores*.

Fig. 3. Quadro geral de usuários ao longo do litoral atlântico, entre o Jardim de Allah e o Farol de Itapuã (Paz, 2008) em 2005-07. Quadros similares são traçados para trechos menores, com mais detalhes. Os efeitos no espaço assinalam os resultados materiais da presença dos usuários. As affordances positivas são aqueles elementos cuja presença é o chamariz.



Por exemplo, os pescadores na praia não modificam a praia com suas ações, embora proprietários de construções na areia. Já os barraqueiros, de modo pulverizado, incidiam intermitentemente no meio físico. Pois um indivíduo atuando ao longo de uma



década pode agir com maior contundência no meio do que uma legião de visitantes de fim de semana. E são aqueles com maior permanência os que se encontram na situação propícia para essa influência paulatina, seja na arborização de áreas públicas, seja no seu reverso, como as erosões. Tal situação é nítida em um parque natural, como o litoral, mas não tanto em uma praça urbana.

O escopo geral dos estudos de comportamento ambiental se dão no sentido da Avaliação Pós-Ocupação (APO), voltadas ao estudo do ambiente construído como insumo projetual para melhor desempenho propositivo em ocasiões futuras (Moore, 1984; Ornstein & Roméro, 1992)<sup>8</sup>. O método que apresentamos aqui converge, com a meta de aprimorar a congruência entre comportamentos e contexto físico. De um modo geral, a sinomorfia implica em uma relação circular: o comportamento se enquadra ao meio, que se adequa ao comportamento. Isso é particularmente válido para os ambientes construídos e, especialmente, dedicados. No entanto, certas áreas são dedicadas a manterem-se com um grau menor de modificação. As ações precisam adaptar-se a elas, e não o contrário; a congruência se dá pela adaptação de apenas um dos termos do binômio. É o que ocorre com muitos parques naturais, como é uma das áreas que estudamos.

## 6. Conclusão

Ademais, a escala habitual de análise é a das edificações, e mesmo espaços menores, esquadrihados por métodos exaustivos. Nosso desafio é o de espaços públicos, áreas abertas e mesmo parcelas de grande porte; tal rigor seria impossível. O problema geral das abordagens compreensivas de grandes parcelas urbanas é o tempo exigido, tornando-as vulneráveis às mudanças da realidade. Nada pode afiançar que o quadro atual será o de amanhã, ainda mais no impreciso das práticas sociais.

O método que apresentamos, ao contrário, prima por sua velocidade, e por ser acessível a uma equipe de poucos componentes. Será, além de expedito, um esboço provisório. O flagrante de um momento terá sempre o risco da imprecisão, que aceitamos correr, no intuito de poder capturar o instante de um conjunto significativo da cidade.

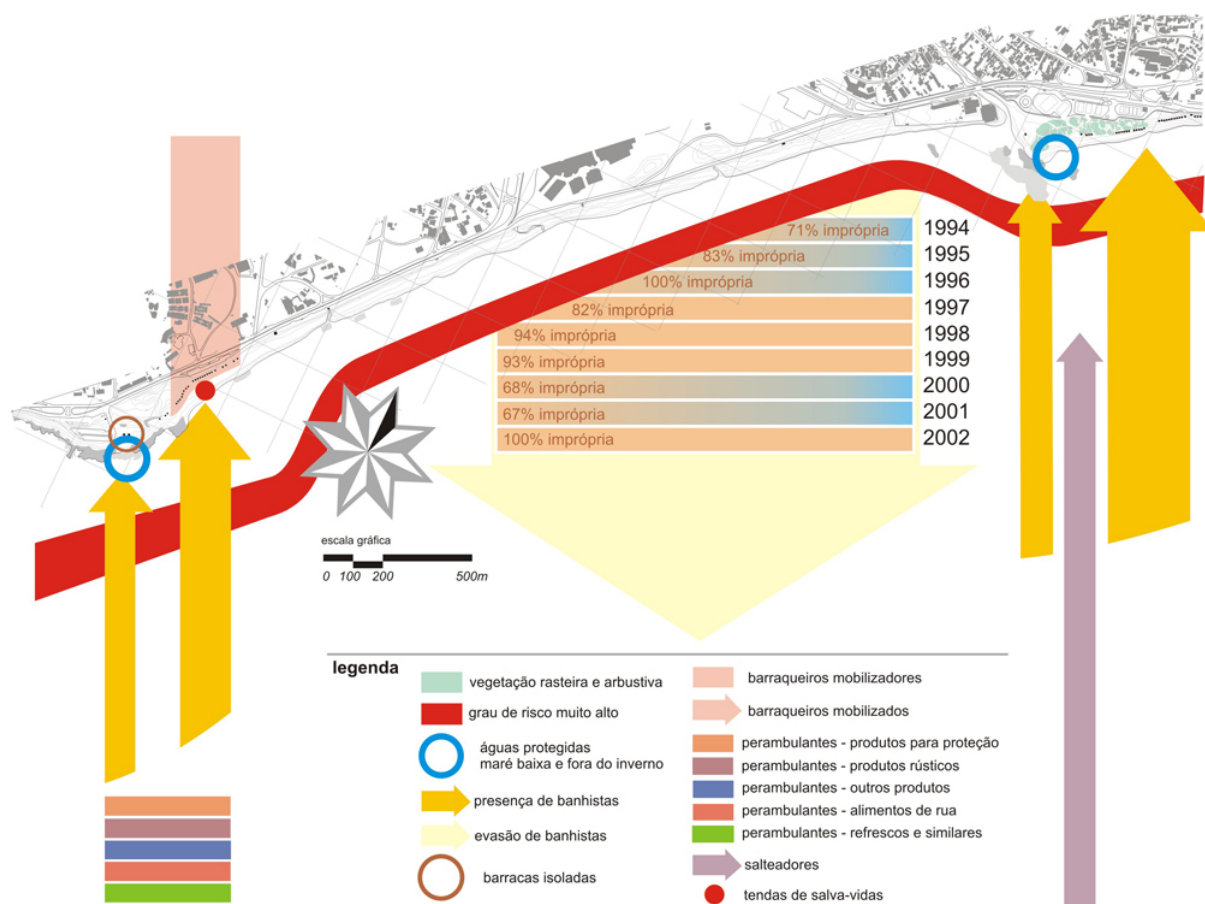
Há situações que não podem ser exauridas pelos fatores presentes. Permanências físicas (Rossi, 1973), remanescentes de forças e processos minguentes ou extintos, que dão

---

<sup>8</sup> A APO (...) é assim considerada uma atividade interdisciplinar dirigida, enquanto resultado, à intervenções e melhorias do ambiente construído sendo, nesses países, a coordenação de equipe feita ora por arquitetos e/ou urbanistas e/ou *designers* ora por psicólogos ambientais. (Ornstein, 2005).

forma e razão a certas dinâmicas que não teriam como existir caso instaladas *ex nihilo*. E formas de memória social, persistências das imagens e dos hábitos. Abordamos lugares que não estão em um tempo zero, mas em um instante em um curso histórico. Tais efeitos duradouros de decisões passadas interferem nas práticas recentes, e só podem ser investigados lançando-se mão de métodos historiográficos, como se pode demonstrar.

Fig. 4. Ainda no trecho do Jardim de Allah a Itapuã, a mesma investigação, agora mais detalhada e com seqüências temporais, obtidas por pesquisa documental. Cruzando-as com os dados de presenças de usuários e fatores ambientais mapeados e conhecidos.



No entanto, como se vê, a sobreposição de métodos pode trazer resultados fecundos.

## Referências

- BARKER, R.G. 1968. *Ecological Psychology – concepts and methods for studying the environment of human behavior*. Stanford University Press. California, Stanford.
- CANTER, D.. KENNY, C. 1978. *El Medio Ambiente Espacial*. In: CANTER, D., STRINGER, P. *Interacción Ambiental – aproximaciones psicologicas a nuestros entornos fisicos*. Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local.
- CARNEIRO, C., BINDE, P.J. 1997. A Psicologia Ecológica e o estudo dos acontecimentos da vida diária. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 2, n. 2.
- CORBIN, A. 1989. *O Território do Vazio – a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo, Ed. Schwarcz.
- DEL RIO, V. 1990. *Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento*. São Paulo, Ed. Pini.
- GIBSON, J.J. 1979. *The Ecological Approach to Visual Perception*. Boston, Houghton Mifflin.
- GOMES, P.C..C. 2002. *A Condição Urbana – Ensaios de Geopolítica da Cidade*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil.
- GUTIERREZ, R. 1989. *Arquitetura Latino-Americana – textos para reflexão e polêmica*. São Paulo. Nobel.
- JACOBS, J. 2001. *A Natureza das Economias*. São Paulo, Beca Produções Culturais.
- JACOBS, J. 2003. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo, Ed. Martins Fontes.
- JACOBS, J. 1970. *The Economy of Cities*. New York, First Vintage Books Edition.
- LEWIN, K. 1965. *Teoria de Campo em Ciência Social*. São Paulo, Edusp.
- MAYOL, P. 2003. *Morar*. In: CERTEAU, M., GIARD, L., MAYOL, P. *A Invenção do Cotidiano Vol.2*. Petrópolis, Ed. Vozes, 5.ed.
- MIURA, M. A. 2005. *Comportamento nos Elevadores: um estudo experimental*. *Textos de Psicologia Ambiental, n.19*. Brasília, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.
- MOORE, G.T. 1984. *Estudos de Comportamento Ambiental*. In SNYDER, J.C., CATANESE, A. *Introdução à Arquitetura*. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- NEWMAN, O. 1972. *Defensible Space – crime prevention through urban design*. New York, Macmillan Publishing Co.
- ORNSTEIN, S., ROMÉRO, M. 1992. *Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído*. São Paulo, Livros Studio Novel Ltda.

ORNSTEIN, S. W. 2005. Arquitetura, Urbanismo e Psicologia Ambiental: Uma reflexão sobre dilemas e possibilidades da atuação integrada. *Psicologia USP*, v. 16, n. 1-2. 237-47.

PAZ, D. 2008. *Do Jardim ao Farol: uma análise dos usos nas praias de Salvador e sua arquitetura* (Dissertação). Salvador, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFBA.

PAZ, D. 2012a. O Corpo Ampliado: o ambiente construído como extensão do corpo. *Anais do II Encontro Nacional da ANPARQ – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. CD-ROM, ISBN 978-85-63014-06-1. Natal, PPGAU-UFRN.

PAZ, D. 2012b. O Lugar Evanescente: características da arquitetura efêmera no sítio. *Anais do II Encontro Nacional da ANPARQ – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. CD-ROM, ISBN 978-85-63014-06-1. Natal, PPGAU-UFRN.

PAZ, D. 2011a. Sucessão e Abandono nas Praias de Salvador/ BA: os efeitos da poluição urbana nas práticas balneares. *Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR*. CD-ROM, ISBN 978-85-63014-06-1.

PAZ, D. 2011b. A Grande Cidade Americana de Jane Jacobs: um modelo de auto-organização emergente. *Anais do II Seminário Internacional Urbicentros – Morte e Vida dos Centros Urbanos*. CD-ROM, ISSN 2237-0803. Maceió, Editora da Universidade Federal de Alagoas.

PAZ, D. 2011c. Jane Jacobs e o Desafio das Cidades: uma teoria geral para o desenvolvimento urbano. *Anais do II Seminário Internacional Urbicentros – Morte e Vida dos Centros Urbanos*. CD-ROM, ISSN 2237-0803. Maceió, Editora da Universidade Federal de Alagoas.

POUCHULU, P. 2002. Peter Cook: Viaje al Centro de la Creatividad *Summa +*, n54. Buenos Aires, Asppan.

RAPOPORT, Amos. 1983. *The Meaning of the Built Environment – a nonverbal communication approach*. London/ New Delhi, Sage Publications.

ROSSI, Aldo. 1971. *La Arquitectura de la Ciudad*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili.

SANTOS, C.N.F., VOGEL, A. (org.). 1985. *Quando a Rua Vira Casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo, Projeto, 3 ed.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo, Ed. Hucitec, 3.ed.

STOKOLS, D. 1978. Environmental Psychology. *Annual Review of Psychology*, 29.

WIESENFELD, E. 2005. A Psicologia Ambiental e as diversas realidades humanas. *Psicologia USP*, v. 16, n1-2. 53-69.